

OECD *Multilingual Summaries*

Economic Policy Reforms 2012. Going for Growth

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em:
[10.1787/growth-2012-en](https://doi.org/10.1787/growth-2012-en)

Reformas da Política Económica de 2012. Apostar no Crescimento

Sumário em Português

- *Going for Growth* (Apostar no Crescimento) é o relatório anual da OCDE que destaca a evolução das políticas estruturais nos países da OCDE. Identifica as prioridades de reforma estrutural para aumentar o rendimento real de cada país da OCDE e das principais economias emergentes (Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia e África do Sul). A análise *Going for Growth* faz também regularmente um balanço da implementação das reformas em todos os países abrangidos.
- Este relatório fornece indicadores comparáveis a nível internacional que permitem aos países avaliar o seu desempenho económico e as suas políticas estruturais numa vasta gama de áreas. Cada edição traz também diversos estudos temáticos.

Desde 2005, têm sido identificadas pela OCDE, através da análise *Going for Growth*, prioridades de reforma estrutural para aumentar os rendimentos reais de cada um dos países da OCDE e, a partir da edição de 2011, dos BRIICS – Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul, países chave que não são membros da organização mas com os quais a OCDE trabalha em colaboração estreita. Este processo proporciona aos governos um recurso para refletir sobre as reformas políticas que afetam o nível de vida dos seus residentes a longo prazo. A análise *Going for Growth* tem sido usada no Processo de Avaliação Mútua do G20 desde a cimeira de Pittsburgh em 2009.

Esta nova edição do *Going for Growth* avalia os progressos feitos pelos países em reformas estruturais desde o início da crise, abrangendo todo o período de 2007 a 2011. A crise veio colocar novos desafios e apresentar novas lições no que toca às políticas, mas também veio tornar mais óbvia a necessidade de muitas das prioridades do *Going for Growth*. Os principais padrões de reforma que surgem ao longo dos anos desde o início da crise, sintetizados num capítulo de apresentação global (Capítulo 1) e descritos em mais pormenor nas notas referentes aos países individuais (Capítulo 2), são os seguintes:

- O ritmo das reformas, medido pela recetividade dos países às prioridades de reforma identificadas em edições anteriores do *Going for Growth*, foi na globalidade mais rápido depois da crise do que anteriormente.
- O ritmo e a natureza das reformas têm, no entanto, variado significativamente durante as distintas fases da crise. A recessão de 2008 retardou inicialmente as reformas estruturais nos países da OCDE, quando as principais preocupações foram a necessidade urgente de estabilizar a procura agregada e fornecer apoio ao rendimento dos desempregados. À medida que a necessidade de consolidação orçamental a médio prazo se tornou mais premente, foram implementadas reformas em domínios políticos que podiam ajudar a facilitar o processo de ajustamento fiscal, como regimes de reforma, sistemas de segurança social e reformas do setor público.
- A crise e a recuperação lenta que se lhe seguiu agiram como catalisador para as reformas estruturais, especialmente nos países da OCDE onde as reformas eram mais necessárias. Os países da OCDE com rendimentos mais baixos, que são geralmente os que mais necessitam de reforma, e aqueles onde o desemprego subiu mais durante a crise, fizeram mais relativamente às prioridades definidas no *Going for Growth* com relevância para si.
- A necessidade de consolidar as finanças públicas e a pressão financeira decorrente do crescimento acelerado da dívida soberana deram um novo ímpeto à reforma a partir de 2009, em contraste com indicações anteriores de que a contenção orçamental tende a impedir as reformas. Especificamente, a fase mais recente da crise foi testemunha de uma aceleração de reformas sensíveis do ponto de vista político destinadas a ajudar a reforçar o potencial de crescimento, restabelecer a competitividade de preços e repor a sustentabilidade orçamental nos países afetados pela crise da dívida europeia.
- O impacto da crise foi mais fraco e mais breve nos BRIICS, mas também tornou mais óbvia a necessidade de medidas que pudessem produzir um crescimento mais abrangente. Todas as economias emergentes aqui tratadas implementaram políticas destinadas a reforçar a qualidade e a abrangência dos seus sistemas educativos, mas menos foi feito para responder a outras prioridades importantes, como a redução de entraves ao investimento estrangeiro direto e o reforço do Estado de Direito.
- Dado aquilo que foi feito em anos recentes, deve ser dada prioridade a políticas que possam aumentar o número de postos de trabalho no contexto da consolidação orçamental em curso:

*Políticas ativas de emprego eficazes destinadas a fazer a reconversão de trabalhadores deslocados e a encorajar o regresso ao trabalho podem reduzir a persistência do desemprego. As circunstâncias justificam a proteção de tais políticas dos esforços de consolidação orçamental e a sua complementação com reformas das prestações de desemprego quando a recuperação da procura no mercado laboral estiver sólida. Especificamente, os aumentos no nível e/ou na duração das prestações relacionados com a crise poderiam ser gradualmente eliminados enquanto alguns dos recentes alargamentos na cobertura das prestações de desemprego poderiam ser tornados permanentes.

*Reformas fiscais favoráveis ao crescimento poderiam ajudar a reforçar o índice de emprego de uma recuperação económica ao mesmo tempo que ajudariam à consolidação orçamental desde que fossem implementadas de uma forma que aumentasse as receitas fiscais. Tais reformas incluem a eliminação de despesas fiscais e o deslocamento da incidência da carga fiscal para bases de tributação que afetem menos o emprego e o crescimento, como bens imóveis, o consumo e os impostos ambientais.

*As reformas dos mercados de produtos são uma prioridade para muitos países da OCDE – especialmente na Europa, e poderiam ter efeitos bastante rápidos no crescimento, sobretudo se implementadas nalguns setores protegidos como o comércio retalhista e os serviços profissionais onde o potencial para a criação rápida de postos de trabalho é bastante elevado.

*Nas economias em que se verifica um novo abrandamento económico, será importante que a resposta política aprenda as lições da crise no que respeita às medidas que se revelam eficazes para absorver o impacto de uma atividade fraca no mercado laboral, como seja a utilização de regimes de trabalho em horário reduzido.

Se bem que a crise tenha tornado mais óbvia a necessidade de reformas estruturais e dado um novo impulso à ação, surgiram preocupações de que algumas dessas reformas poderiam ser prejudiciais a curto prazo se, por exemplo, enfraquecerem ainda mais a procura agregada. Apoiando-se em 30 anos de experiência de reforma nos países da OCDE, o Capítulo 4 clarifica o impacto a curto prazo das reformas estruturais. Fornece diversas lições políticas sobre como elaborar a atual agenda de reformas de forma a ajudar a induzir a recuperação económica:

- As preocupações relativamente a possíveis efeitos negativos a curto prazo das reformas estruturais parecem exageradas. Algumas reformas estruturais parecem reforçar o crescimento de forma bastante rápida, enquanto geralmente muito poucas, se algumas, têm custos a curto prazo.
- É no entanto frequente que os benefícios das reformas levem tempo – tipicamente vários anos - a materializar-se completamente.
- É também o caso que as condições cíclicas são importantes para os efeitos das reformas a curto prazo. Existem alguns indícios de que em “períodos difíceis” algumas reformas do mercado de trabalho (especialmente dos sistemas de prestações de desemprego e da proteção aos postos de trabalho) podem piorar temporariamente a situação económica. Nas economias que se encontrem ainda em depressão, e a não ser que as políticas atuais sejam claramente aberrantes, poderá pois ser preferível que tais reformas sejam efetuadas apenas quando o mercado laboral mostrar sinais claros de recuperação.
- Um pacote de reformas do mercado laboral e dos mercados de produtos bem concebido proporcionaria os maiores ganhos e aliviaria os custos transitórios de determinadas reformas individuais – por exemplo, a liberalização dos mercados de produtos efetuada simultaneamente com reformas da proteção do emprego ou das prestações de desemprego pode mitigar possíveis descidas dos salários reais associadas com estas últimas.
- O impacto a curto prazo das reformas estruturais será mais forte se uma estratégia de comunicação eficaz e um setor bancário robusto e bem regulamentado promoverem a confiança e convencerem os agregados familiares e as empresas a gastar contando com futuros benefícios no rendimento resultantes das reformas.

O reconhecimento do agravamento da polarização social dos rendimentos nalguns países da OCDE durante as últimas décadas realçou preocupações de que as reformas estruturais – e por conseguinte algumas das prioridades do *Going for Growth* - possam aumentar as disparidades de rendimentos. Tais preocupações adquiriram ainda mais relevância no contexto da crise, especialmente nos países em que a atual ação de reforma está a ser impulsionada sobretudo por objetivos de consolidação orçamental. O Capítulo 5 examina complementaridades e soluções de compromisso entre a redução da disparidade e a promoção do crescimento económico:

- Muitas reformas estruturais trazem um dividendo duplo visto que reduzem a disparidade de rendimentos ao mesmo tempo que, a longo prazo, aumentam o PIB per capita. Exemplos incluem facilitar a acumulação de capital humano especialmente a nível secundário, melhorar a eficiência e a equidade da educação, reduzir o dualismo do mercado laboral, promover a integração de imigrantes e favorecer a participação das mulheres no mercado laboral. Reduzir as despesas fiscais reduzindo ao mesmo tempo as taxas marginais de imposto contribui também tipicamente para atingir ambas as metas.
- Em contraste, outras reformas podem implicar um compromisso entre os objetivos de crescimento e de distribuição de rendimentos. Por exemplo, a transferência da carga fiscal dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e das empresas para os impostos sobre o consumo aumenta os incentivos ao trabalho, à poupança e ao investimento, mas pode prejudicar a equidade. Transferências monetárias direcionadas para os rendimentos mais baixos podem, no entanto, aliviar este compromisso.

A distribuição dos rendimentos não é condicionada apenas por tendências de longo prazo como alterações nas políticas e instituições, mudanças tecnológicas ou globalização, mas é também afetada, às vezes com efeitos duradouros, por choques macroeconómicos como a recente crise financeira. Com base na análise empírica relativa a 40 países da OCDE e dos BRIICS ao longo de 30 anos, o Capítulo 6 explora os efeitos distributivos de choques macroeconómicos nos rendimentos e no emprego bem como o papel das políticas e das instituições na configuração dos mesmos. O capítulo identifica quem ganha e quem perde e clarifica a articulação entre os objetivos de partilha de riscos e de crescimento:

- Os rendimentos dos pobres e os empregos dos jovens têm, de uma maneira geral, sido mais afetados durante os períodos difíceis, se bem que tenham também subido mais acentuadamente durante os períodos mais fáceis. No caso de crises financeiras anteriores, tanto os agregados familiares com rendimentos mais altos como os pobres foram mais severamente afetados que as classes médias.

- As reformas capazes de melhorar a partilha de riscos beneficiando ao mesmo tempo o crescimento e o emprego, especificamente facilitando a redistribuição do trabalho em toda a economia, incluem a liberalização dos mercados de produtos, a eliminação de entraves ao comércio e ao investimento estrangeiro direto e a redução de impostos elevados sobre o trabalho.
- Muitos programas de proteção social parecem ter mitigado as perdas de emprego ou de rendimentos de grupos vulneráveis na sequência de choques passados, mas dado que tais regimes podem acarretar custos em termos de emprego e rendimentos é necessário um cuidado especial na sua conceção. É este especialmente o caso de generosas prestações de desemprego, salários mínimos elevados e proteção rigorosa do emprego.
- Os países podem ser classificados em quatro grupos, consoante a medida em que as suas definições de políticas forneçam proteção social e facilitem a redistribuição do trabalho. A maioria dos países da Europa continental proporciona a partilha de riscos do rendimento sobretudo através de programas de proteção social, enquanto os países de língua inglesa e os países asiáticos da OCDE dependem principalmente de instituições que facilitam a redistribuição. Os países nórdicos tendem a ter ambos, enquanto nos países emergentes nem um nem outro destes tipos de instituições se encontra desenvolvido. Um conjunto de políticas eficaz para alcançar os objetivos de partilha de riscos e crescimento combina instituições que facilitem a redistribuição – que beneficia sempre ambos os objetivos – e um sistema de proteção social bem concebido – ou seja, um sistema que cumpra um objetivo de segurança estipulado a um custo mínimo.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal, 75116
Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE (OECD iLibrary) !

OECD (2012), *Economic Policy Reforms 2012. Going for Growth*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/growth-2012-en